Texto para Discussão

2625

Brasília, janeiro de 2021

ipea
SUMÁRIO EXECUTIVO

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS DESEMBOLSOS DO BNDES PARA A INDÚSTRIA E A INFRAESTRUTURA ENTRE 2000 E 2018

Raphael de Oliveira Silva
Pesquisador associado da Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (Dirur) do Ipea.

Mabel Diz Marques
Doutoranda em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).
Mestre em Economia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

DOI: http://dx.doi.org/10.38116/td2625

Identificado como um dos três maiores bancos de desenvolvimento do mundo (Guedes, 2018) e controlado integralmente pela União, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é o principal instrumento do governo federal para financiar investimento de longa maturação no Brasil (Diniz, 2002), sobretudo ligados à infraestrutura e à indústria (Barboza, Furtado e Gabrielli, 2018). Uma instituição com a sua vocação de financiamento possibilita a preservação da capacidade de transformar as estruturas no território e contribui para a superação de gargalos, ativando e estimulando atividades produtivas locais, o que favorece o progresso econômico e social mais equitativo.

No caso brasileiro, marcado pelo desenvolvimento da indústria desigual, concentrada, sobretudo, no eixo Sul-Sudeste, a compreensão das trajetórias da atuação do BNDES é de grande relevo. Compreender tais padrões revela se a instituição tem preservado as estruturas existentes ou se, ao contrário, tem buscado atuar de modo transformador sobre o quadro das desigualdades regionais.

Muito embora os recursos aplicados pelo banco dependam das demandas e vontades locais de financiamento, o montante dos desembolsos liberados reflete seu apoio a projetos que impactam sobre o território.

Posto isso, o estudo possui as seguintes perguntas norteadoras: qual o padrão distributivo dos desembolsos do BNDES sobre a indústria (extrativa e de transformação) no período recente (2000-2018)? Quais regiões recebem maior porte de recursos? Houve uma mudança no padrão histórico de centralidade no Sudeste do país? A atuação está pautada em aglomerações industriais mais consolidadas ou sobre naquelas que apresentam potencialidade? No que toca à infraestrutura, característica que confere ao território maior competitividade ante os demais, existiu um esforço para financiar novas áreas, para além das regiões mais desenvolvidas (Sul e Sudeste)?

Para responder a essas questões, objetiva-se apresentar a evolução dos desembolsos no território em múltiplas escalas, segundo os setores, as macrorregiões, as Unidades Federativas, as microrregiões geográficas e o tamanho do emprego industrial. A abordagem está fundamentada no uso do método analítico, descritivo e estatístico, e as bases de dados são provenientes do BNDES e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) para o período de 2000-2018.

Grosso modo, os resultados presentes no estudo revelam que os desembolsos cresceram de modo expressivo entre 2000 e 2014. A região Sudeste ainda preserva grande participação na captura dos recursos – 60,8% na indústria e 48,4% na infraestrutura –, no acumulado entre 2000 e 2018. Entretanto, também é evidente a ampliação dos desembolsos nas demais regiões, em meio ao período de ascensão dos desembolsos (2000-2014), sobretudo sobre as regiões Sul e Centro-Oeste. Resultados que se aproximam da evolução da atividade industrial recente nessas regiões, discutida em Monteiro Neto e Silva (2018).

No aspecto setorial, os principais financiamentos foram para as atividades previstas nos programas para fortalecer a competitividade e consolidar e expandir a liderança da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), como a fabricação de produtos alimentícios; veículos, carrocerias e reboque; coque, petróleo e combustível, outros equipamentos de transporte; metalurgia; e celulose e papel, que juntos somam 63,8% do total dos desembolsos para a indústria. Somente os setores de produtos alimentícios e coque e petróleo e combustível – pertencentes ao grupo de atividades baseadas em recursos naturais – apresentaram crescimento do valor de transformação industrial mais intenso nos

anos 2000 (Monteiro Neto e Silva, 2018), e receberam 25,9% do total dos desembolsos entre 2000 e 2018.

No que concerne ao tamanho das microrregiões, as aglomerações industriais com mais de 10 mil empregados, especialmente grandes centros urbanos e suas proximidades, são as que mais captam recursos para a indústria (mais de 80% do montante nacional), o que revela a força persistente de economias de aglomeração e urbanização na absorção dos financiamentos.

Por contraste, na infraestrutura a participação desse grupo tem caído paulatinamente, saindo de 74,1% (2000-2004) para 59,1% (2015-2018), o que se traduz numa ampliação mais acentuada da atuação sobre as aglomerações industriais.

Em suma, com base no material investigado e discutido, pode-se concluir que no período recente o BNDES ampliou sua atuação em todas macrorregiões, demonstrando, ainda que em escala modesta, um processo de desconcentração. As grandes aglomerações industriais mais consolidadas ainda preservam grande relevância na absorção dos recursos (tanto na indústria quanto na infraestrutura), e estão localizadas, principalmente, na proximidade das principais capitais e da faixa litorânea do Nordeste. No entanto, é possível notar uma atuação do BNDES em prol das aglomerações de menor tamanho, sobretudo aquelas pertencentes às regiões alvo da política regional, processo este que pode refletir na edificação de novos arranjos produtivos locais.

REFERÊNCIAS

DINIZ, C. C. Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, 2002.

GUEDES, A. L. Financiamento do desenvolvimento: pesquisa comparativa dos bancos de desenvolvimento. *In*: DE NEGRI, J. A.; ARAÚJO, B. C.; BACELETTE, R. (Orgs.). **Desafios da nação**: artigos de apoio. Brasília: Ipea, 2018. v. 1.

BARBOZA, R. M.; FURTADO, M.; GABRIELLI, H. **A atuação histórica do BNDES**: o que os dados têm a nos dizer? Rio de Janeiro: BNDES, 2018. (Texto para Discussão, n. 123).

MONTEIRO NETO, A.; SILVA, R. O. **Desconcentração territorial e reestruturação regressiva da indústria no Brasil**: padrões e ritmos. Brasília: Ipea, 2018. (Texto para Discussão, n. 2402).

SUMÁRIO EXECUTIVO